



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

PROJETO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: PENSANDO A FORMAÇÃO NO TEMPO PRESENTE

ANDRESSA ROSA IZE¹

JASLEIDY LIDILIA SOLORZANO VILLAVICENCIO²

BETINA AHLERT³

MABILE CAETANO CAZELA⁴

Resumo: Este artigo objetiva pensar o projeto de intervenção no estágio obrigatório em Serviço Social, ao considerar a centralidade deste na formação. Parte da Disciplina de Estágio na UNILA, e da dificuldade dos acadêmicos em relacionar teoria com dimensão operativa nos campos de estágio. Conclui que a formação é impactada pela precarização da Educação Superior. Ainda, que existe pouca produção teórica sobre o projeto de intervenção no estágio e a sua relação com as competências profissionais do Serviço Social. Debater o estágio é construir resistência no processo de formação e na prioridade da afirmação dos direitos dos usuários dos serviços sociais.

Palavras-chave: estágio supervisionado; projeto de intervenção; educação superior; resistência.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo pensar el proyecto de intervención en las pasantías obligatorias en Trabajo Social, al considerar la centralidad de este en la formación. Partiendo de los entendimientos en la disciplina de prácticas profesionales en la UNILA, y en la dificultad de los académicos en relacionar la teoría con la dimensión operativa en los campos de estágio. Concluyendo que el proceso de formación se encuentra impactado por la precarización de la Educación Superior. Aunque, exista poca producción teórica sobre el proyecto de intervención y su relaciones con las competencias profesionales del Trabajo Social. Debatir las pasantías como debate, es construir resistencia en la prioridad de la afirmación de los derechos de los usuarios de los servicios sociales.

Palabras claves: pasantías obligatorias; proyecto de intervención; educación superior; resistencia.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho se origina a partir das inquietações que permeiam o processo de formação em Serviço Social, especialmente no que tange ao seu

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: <Ar.ize.2016@aluno.unila.edu.br>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

⁴ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

momento constitutivo fundamental no âmbito da dimensão teórico-prática: o estágio supervisionado obrigatório. É resultado de discussões oriundas da Disciplina de Estágio Obrigatório II em Serviço Social da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), quanto a construção das propostas de intervenção profissional nos campos de estágio, as quais exigem dos alunos articulação do fazer com os conteúdos trabalhados na academia, mais precisamente uma dimensão da práxis profissional. Reconhece a centralidade do estágio na formação profissional dos estudantes de Serviço Social e a necessidade de atualizar e aprofundar as questões que se colocam na relação entre estágio e as Diretrizes Curriculares (LEWGOY, 2014).

Nesse ínterim, alguns documentos materializam, nos semestres em que os acadêmicos realizam estágio, o processo de ensino aprendizagem. Este trabalho ora apresentado, tem como objetivo geral refletir sobre o impacto de um desses documentos, que é o projeto de intervenção de estágio. Busca, assim, como objetivo específico, refletir sobre seu papel na formação profissional dos alunos que realizam Estágio Obrigatório em Serviço Social, a fim de trazer apontamentos sobre formas de intervir nos espaços sócio ocupacionais.

A fim de alcançar o objetivo definido, parte-se da pesquisa bibliográfica e documental, isto é, uma revisão bibliográfica da produção de conhecimento em torno do objeto, assim como das legislações, resoluções, pactos e acordos que estabelecem o estágio supervisionado obrigatório no curso de Serviço Social da UNILA. Interessa reconstruir o caminho de consolidação do estágio obrigatório como elemento indispensável para a formação profissional e obtenção de diploma de graduação e título de bacharel em Serviço Social. Neste percurso, contextualizar sobre o projeto de intervenção e as reflexões que surgiram a partir das discussões travadas com os acadêmicos que cursaram as disciplinas de estágio, destacando o papel que o projeto de intervenção cumpre na reflexão crítica em torno das expressões da questão social e o alcance das ações profissionais no âmbito da práxis profissional.

Com o desenvolver das disciplinas, observamos a dificuldade de muitos alunos em relacionar conteúdos apreendidos na academia com o cotidiano no campo de estágio, ao tempo em que o “estágio aproxima os estudantes do

caráter interventivo da profissão, favorecendo a percepção crítica da realidade, de suas contradições, limites e potencialidades” (LEWGOY, 2014, p. 55). Nesse sentido, percebemos também a necessidade de construção de orientações para o projeto de intervenção profissional que extrapolam modelos prontos de como construir um projeto, mas que proporcionem a reflexão crítica sobre a autonomia profissional e as possibilidades de resistência.

Ademais, este artigo está subdividido de forma a apresentar na primeira parte, considerações em relação ao momento atual vivido pela sociedade e seus impactos no ensino superior, que demandam um posicionamento crítico em torno da defesa da educação pública de qualidade; seguido da contextualização sobre o Estágio Obrigatório em Serviço Social na UNILA e as ponderações relacionadas ao projeto de intervenção profissional nos campos de estágio. Ao final, são apresentadas as considerações sobre o tema abordado.

2 O Ensino Superior na atualidade e o compromisso com a Educação Pública voltada para a realidade social

O Ensino Superior no Brasil, enquanto parte da Política de Educação, não foi poupado dos desmontes e retrocessos sofridos no campo das políticas públicas, provenientes dos ajustes pautados no neoliberalismo que emergem vigorosamente com a crise do capital que se inicia na década de 1970. Essa crise trouxe consequências que representam desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos que atingiram a esfera global, ocasionando transformações estruturais que incidem diretamente na precarização das políticas sociais e no papel do Estado como agente principal de execução das mesmas (GROSSI, GASPAROTTO, VIEIRA, 2014).

No Brasil, os efeitos dos ajustes estruturais recomendados pelos organismos internacionais na lógica neoliberal e suas consequências econômicas e sociais são nítidas a partir de meados da década de 1990, onde o Estado mínimo ganha legitimidade, passando a reforçar a perspectiva de privatização e redução das responsabilidades estatais, na falácia de que a

diminuição do gasto público na área social era solução para a crise financeira (BEHRING, BOSCHETTI, 2011). Em contraposição a isso, no caso da Política de Educação, existe a concepção de que ela se trata de um investimento indispensável para o país, sendo estratégia de luta pela equidade e justiça social, inscritas como fundamentais para a população com a Constituição Federal de 1988 (GROSSI, GASPAROTTO, VIEIRA, 2014).

Nessa contradição, os diferentes níveis da educação formal no país são alvo de processos de privatização e mercadorização nas décadas recentes. De acordo com os mesmos autores, esse novo tratamento cria condições para que ela deixe de ser considerada um direito social e se torne um serviço, deste modo os interesses iniciais não se focam na qualidade da educação, mas sim nos lucros gerados a partir dela. Resultado desse novo tratamento, as frequentes reformas da Política de Educação no Brasil ferem diretamente a qualidade do ensino nas instituições públicas. No caso do ensino superior brasileiro, a precarização fica evidente através dos constantes cortes de recursos para as instituições, da precarização do trabalho docente e do crescente aumento no número de cursos a distância (EaD), que colocam um cenário de grandes desafios para as universidades públicas brasileiras.

Esses processos impactam diretamente na qualidade da formação profissional e não é diferente para os futuros assistentes sociais, considerando que o Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2014), com ensino e prática devidamente regulamentados juridicamente e orientados ética e politicamente (CFESS, 2012; ABEPSS, 1996). Ademais, a práxis profissional se dá em uma dimensão peculiar, isso porque o assistente social atua no âmbito do que (re)produz a contradição capital-trabalho, isto é, nas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2014) e nesse sentido – e de acordo com o projeto ético-político profissional –, o profissional necessita de uma formação crítica para intervir na realidade social, cujo resultado impacta diretamente na vida de sujeitos sociais distintos. Vale anotar em tempos de neoconservadorismo, que o projeto ético-político profissional é dotado de dimensão ético-política, jurídico-política, teórico-metodológica crítica, político-organizativa (NETTO, 1999; BRAZ, 2007). Em documentos jurídico-normativos materializa-se na Lei de

Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (CFESS, 1993), nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) e nas diversas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) que orientam e normatizam o exercício profissional, todos estes sendo tangenciados pelos princípios fundamentais apresentados no Código.

Ainda que os princípios fundamentais sejam indissociáveis uns dos outros, como afirmado por Paiva e Sales (2012), vale salientar no contexto deste trabalho, o décimo princípio que remete ao “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, s.p.). Considerando que para garantir e efetivar este compromisso é essencial que a formação profissional seja de qualidade. (LINS; HAGEN, 2013), de modo a manter hasteada a bandeira histórica de luta da categoria profissional: “[...] a luta pela educação pública, gratuita, laica, presencial e de qualidade” (CFESS, 2016).

2.1 A Formação em Serviço Social e o Estágio Supervisionado

A sistematização aqui debatida parte de uma análise em torno da configuração do curso de Bacharelado em Serviço Social da UNILA que tem a peculiaridade de pensar a formação acadêmica desde a perspectiva crítica e latino-americana (UNILA, 2014) e que nos patamares atuais da regressão sucessiva de direitos da classe trabalhadora, tem passado por dificuldades de caráter urgente desde sua implementação no ano 2015.

O cenário do curso no ano de 2018 é uma evidência da precarização do ensino pela qual passam as universidades públicas brasileiras na contemporaneidade. Atualmente, o quadro reduzido de professores conta com dois docentes efetivos e quatro substitutos, que tem o desafio de manter em vigência quatro turmas concomitantes, buscando conciliar a visão institucional da universidade de “[...] contribuir com a integração por meio do conhecimento compartilhado e da cooperação solidária” (BRASIL, 2010).

É neste marco que o curso de Serviço Social tem se desenvolvido de maneira assimétrica, com um número reduzido de profissionais formados na área e uma crescente demanda estudantil, ao mesmo tempo em que tem se demandado a reoferta das disciplinas obrigatórias que só são disponibilizadas uma vez ao ano, contemplando o ingresso dos novos alunos segundo o calendário acadêmico da UNILA. Além disso, se coloca outro paradoxal panorama, o processo de formação contempla um ciclo comum de estudos integrado pelas disciplinas de Português/Espanhol, Fundamentos de América Latina, Introdução ao Pensamento Científico e Ética e Ciência. Essas disciplinas regem como obrigatórias para todas as graduações da universidade e aparecem como requisito imprescindível no momento de fazer a matrícula no Estágio Obrigatório I, que segundo a matriz curricular e o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Serviço Social, inicia no sexto período (UNILA, 2014).

Conciliar as questões supracitadas se confronta com a necessidade de pensar a formação enquanto curso que integra o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que prevê a formação voltada para os discentes trabalhadores, e necessariamente repercute no tempo limitado que os acadêmicos possuem para realizar estágio, assim como para frequentar disciplinas em outro horário que não seja o noturno.

A Resolução nº15/2015 do Conselho Superior Universitário da UNILA (CONSUN), estabelece as bases gerais sobre o Estágio na universidade e determina que o estudante apto para fazer estágio é aquele que tem integralizado os componentes curriculares do núcleo específico obrigatório (todas as disciplinas do ciclo comum e do curso). Assim, o acadêmico que tenha reprovado ou não tenha cursado uma ou mais disciplinas até o sexto período, perde o direito de fazer matrícula no Estágio Obrigatório até integralizar as disciplinas obrigatórias. Este fato tem repercutido a tal ponto que no ano de 2017, dos 60 discentes que ingressaram na primeira turma durante o ano de 2015 (UNILA, 2016), apenas 12 se enquadram nas condições assinaladas, podendo efetuar sua matrícula no Estágio Obrigatório.

Na UNILA o Estágio Obrigatório obedece às protoformas do Serviço Social que discutem a indissociabilidade teoria/prática, constituindo um artifício didático pedagógico que se consubstancia pela supervisão orientada em três níveis: supervisão acadêmica direta, supervisão de campo e disciplina de supervisão de estágio. A sua materialização corresponde a 15% da carga horária do curso que é de 4.080 horas aula (3.800 horas/relógio) e segue as regulamentações da Política Nacional de Estágio (PNE), a Resolução CNE/CES nº 002/2007, as Diretrizes Curriculares da Lei 11.788/2008, e a Resolução CFESS nº 533/2008 (CFESS, 2008), em consonância com a debates sobre o estágio subsidiados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que defende a supervisão acadêmica e de campo, como uma ação articulada.

Contemplando as diretrizes mencionadas no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), o Estágio Obrigatório é atividade da dimensão teórica-metodológica fundamental para a formação profissional. O mesmo se encontra contemplado na carga horária de 340 horas relógio de estágio a serem desenvolvidas em 4 momentos: Estágio obrigatório I, no sexto semestre do curso; Estágio Obrigatório II, no sétimo semestre; Estágio Obrigatório III, no oitavo semestre; e, por fim, Estágio Obrigatório IV, no nono semestre (UNILA, 2014). Os quatro momentos aqui mencionados conformam um alicerce fundamental na formação profissional dos futuros assistentes sociais.

A reflexão sobre o processo de estágio e sobre a forma com que vem sendo construído o processo de formação é característica do Serviço Social enquanto profissão, como pode ser observado nas diversas revisões que historicamente ocorreram nas Diretrizes Curriculares do curso. A última, que data o ano de 1999, é consequência do Movimento de Reconceituação que marca a profissão a partir dos anos de 1970, materializada no Código de Ética Profissional de 1993 e na Lei nº. 8662/1993, que Regulamenta a Profissão. Uma postura contrária ao conservadorismo acompanha esse movimento e, por isso, o estágio supervisionado é espaço privilegiado para pensar a relação do conservadorismo que ainda permeia nossos campos de trabalho com a prerrogativa crítica que embasa o Projeto Ético Político Profissional (LEWGOY, 2010).

3 O projeto de intervenção profissional nos campos de estágio

Conforme normativas que tratam do Estágio Obrigatório em Serviço Social, existem componentes fundamentais para sua realização, que buscam garantir a qualidade do processo ensino aprendizagem durante a formação profissional. Dentre esses componentes estão os documentos pedagógicos, assim listados por Lewgoy (2014, p. 62): “inventário, diário de campo, projetos de investigação e de intervenção, e relatório (descritivos, analíticos, condensados e semestrais)”. Apesar da existência de possíveis variações de uma universidade para outra, no caso da UNILA, além dos diários de campo e relatórios, a documentação semestral tem início com a construção da Caracterização Institucional do campo de estágio, para, no semestre seguinte, ser construído o Projeto de Intervenção, seguido da execução, monitoramento e avaliação.

Apesar de considerar que cada um desses documentos possui propósitos e momentos próprios, delimita-se neste artigo o estudo do Projeto de Intervenção Profissional proposto pelo estagiário. Para realização do mesmo, o primeiro documento de elaboração da Caracterização Institucional é fundamental, porque permite ao discente conhecer e refletir sobre o espaço sócio ocupacional onde realiza o Estágio Obrigatório. É o momento de aproximação inicial para estudar a respeito da instituição, conhecer as políticas sociais às quais o trabalho está vinculado e como estas se materializam, quais programas e serviços são executados, bem como identificar as expressões da questão social e quais as delimitações desta que são atendidos no espaço sócio ocupacional.

[...] o conhecimento e a problematização da realidade nos campos de estágio, pela familiarização com a instituição, com os programas e projetos, e com a política social, bem como na identificação das expressões da questão social, são elementos constitutivos de intervenção e de elaboração do projeto pelo estagiário. (LEWGOY, 2014, p. 62).

Identificar esses aspectos, quando da construção da Caracterização Institucional, certamente possibilita superar algumas limitações e ter maior

clareza do estudante quando da necessidade de propor a intervenção no campo. Em relação a essas limitações, nas disciplinas de supervisão de estágio pudemos observar que emerge a dificuldade dos discentes em articular a teoria com a prática profissional.

[...] as narrativas verbais e escritas expressam a dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática. Conseqüentemente, exprimem a complexidade da relação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional, o que vai repercutir no processo do estágio supervisionado, na forma de trabalhar estas dimensões na unidade e na diversidade, e não na identidade. (LEWGOY, 2014, p. 57).

Além dessa limitação, outra dificuldade que se coloca ao discente é a identificação do trabalho do assistente social na instituição. Essa questão está diretamente relacionada a existência, ou não, do Projeto de Trabalho do Serviço Social no campo de estágio⁵. Couto (2009) retoma a importância do referido documento na construção da materialidade do trabalho, além da necessidade de reafirmar os princípios do Projeto Ético-Político que orientam a profissão, e nesse sentido, o compromisso com o trabalho coletivo e com o atendimento das necessidades sociais dos usuários dos serviços. O Projeto de Trabalho do Serviço Social também afirma a direção política da profissão no campo de trabalho, e nesse sentido, não se trata somente de um manual a ser seguido, mas de um documento que afirme as possibilidades de trabalho no interior do sistema capitalista, tendo como horizonte a transformação societária (COUTO, 2009). No que diz respeito à relação com o estagiário, a existência de Projeto de Trabalho Profissional auxilia na melhor compreensão da intervenção na instituição e na política social onde o estágio está sendo realizado.

Para o estudante de Serviço Social, o momento de elaboração do Projeto de Intervenção permite articular as dimensões teórico-metodológica com as dimensões técnico-operativas e ético-políticas da profissão. É ainda, momento que permite que o acadêmico articule sua aptidão inata e natural de planejar, de sua capacidade teleológica. Se trata de utilizar tal capacidade como condutora de ações no âmbito do planejamento de planos, programas,

⁵ Quando a instituição se propõe a ser campo de estágio para os discentes de Serviço Social, indica-se a construção do Projeto do Serviço Social no local.

projetos e serviços enquanto processos de gestão social (BERTOLLO, 2016). É esta de uma forma de buscar uma intervenção crítica e transformadora do uso racional “dos meios e recursos a fim de alcançar determinado objetivo (Planejamento)” (BERTOLLO, 2016, p. 04). Decorre da concepção assinalada, a relevância de pensar o Projeto de Intervenção enquanto estratégia de planificação que leve em consideração as condições subjetivas e objetivas do espaço sócio ocupacional, assim como a disponibilidade de meios e recursos que possibilitem o alcance do objetivo planejado: “a gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas”. (CARVALHO, 1991, p. 19. *apud* BERTOLLO, 2016, p.04).

Dessa forma, o planejamento implica na forma de agir profissionalmente, enquanto acadêmicos estagiários do Serviço Social, involucrados na institucionalidade. Face a isso, se faz necessário reconhecer a estrutura da instituição, assim como a política pública nacional e a necessidade social a qual o espaço sócio ocupacional responde. Implica construir um projeto “realista e possível” (SCHNEIDER; FLACH, 2014, p. 09) que reconheça as potencialidades e os limites do cenário, assim como as dificuldades, a problemática que se pretende enfrentar, seus objetivos e delineamentos, a abrangência da cobertura, o público alvo das ações, os recursos necessários e o tempo que demandará sua execução.

Implica, dessa forma, o reconhecimento por parte dos discentes do planejamento como competência da profissão resguardado no Artigo 4 da Lei n. 8.662/1993⁶, e como atribuição privativa, tal como estipula a referenciada Lei

⁶Art. 4 - I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social. (BRASIL, 1993).

no seu Artigo 5⁷ (BERTOLLO, 2016). Aliás, documentações como a Resolução n. 533/2008 e o Código de Ética do Assistente Social de 1993, respaldam a atuação dos Assistentes sociais enquanto planejadores, implementadores e executores de planos, programas e projetos. Nesse sentido Bertollo defende que “cabe ao assistente social planejador, executor e avaliador de planos, programas e projetos, superar a tensão entre o projeto profissional e os limites postos pelo processo de assalariamento” (2016, p. 17).

Outro apontamento teórico importante, a partir de nossas observações, é a necessidade de clarear termos como ação, projeto e projeto de intervenção - assim como demonstram também Costa e Pinheiro (2015) - já que muitas vezes aparecem equivocadamente descritos como sinônimos.

A relação de desenvolvimento de uma ação implica qualquer atividade realizada pelo homem mediante o trabalho, se refere ao fato de fazer algo, levar a cabo uma atividade mediante o agir físico e intelectual. É a objetivação de nossa capacidade teleológica levada a término de maneira prática. (ENGELS, 2010)

O projeto, por sua parte, se apresenta como um conjunto de ações descritas mediante uma proposta operativa, que demanda planejamento, com prazos e recursos previamente determinados. É uma proposta que busca responder a uma necessidade específica através da implementação de uma série de estratégias. Se trata de “um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado” (TEIXEIRA, 2009, p. 05). O projeto não responde necessariamente a uma proposta de intervenção, ele pode responder simplesmente a um questionamento que carrega produção científica, sem necessariamente intervir na realidade.

Por sua parte, o projeto de intervenção nasce de uma proposta de ação interventiva que busca a transformação de um bem ou serviço, depois de ter

⁷ Art. 5 - I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social. (BRASIL, 1993).

identificados problemas, vicissitudes, necessidades dentro de um espaço institucional, mediante o qual se planeja soluções e estratégias que contribuam no desenvolvimento institucional. Se trata do planejamento de um conjunto de ações coordenadas, que visem, mediante a intervenção, encontrar formas para melhorar o atendimento de demandas específicas, a fim de contribuir no trabalho desenvolvido pela instituição.

Consideramos, então que: nem todo projeto é um projeto de intervenção, e nem toda intervenção é um projeto, já que a formulação de um projeto nem sempre é criado com o fim de intervir numa situação, ou em uma instituição. Muitos projetos podem ser pensados para discutir questões de revisão bibliográfica (projetos de pesquisa), ou relato de experiências, sem ter como finalidade a implicação criativo-transformadora. Assim, podem estar para além dos espaços sócio ocupacionais e maioritariamente vinculados a inquietações pessoais que não necessariamente implicam na melhoria de condições da classe trabalhadora ou na transformação da instituição. Em contraposição, o projeto de caráter interventivo é parte de uma proposta que visa qualificar os serviços prestados, mediante a inovação de um sistema de estratégias que contribuam no espaço institucional, a fim de encontrar soluções que melhorem o atendimento, a receptividade, a qualidade, entre outros aspectos que tenham como direção as necessidades sociais e a garantia de direitos dos usuários.

Sobre a referência de que nem toda intervenção é um projeto, ressaltamos que a intervenção, no caso do Serviço Social, é parte constitutiva da profissão, e se dá na medida que se criam estratégias que contribuem com o desenvolvimento da profissão no interior dos espaços de trabalho. No cotidiano de trabalho, os Assistentes Sociais e demais profissionais vêm desenvolvendo ações interventivas, na atenção de demandas específicas da população usuária e do próprio espaço sócio ocupacional. Os profissionais passam a intervir na realidade sem a necessidade de ter que escrever um projeto de intervenção, suas capacidades teóricas metodológicas, técnico-operativas e ético políticas, lhe permitem desenvolver ações transformadoras para a vida dos usuários e da instituição.

Dito isto, recomendamos aos estudantes a atenção com o uso dos termos, e destacamos que no momento de escrever sua intervenção profissional pensem no aporte que este carrega para o campo de estágio, para a formação profissional e para o ato educativo. Refletir sobre as contribuições do projeto de intervenção no espaço ocupacional, é um dos fatores primordiais na hora de escrever a qualificação do problema, os objetivos, as metas, a justificativa, a metodologia e os recursos a serem utilizados na sua implementação.

Vários outros fatores ainda poderiam ter sido abordados para trazer reflexões ao processo de construção do Projeto de Intervenção, haja visto que ele está para além da formalização de um documento, e de certa forma reflete o percurso acadêmico do estudante até aquele momento. Ao ser assim considerado, existe um eixo que o perpassa, que é a supervisão do estágio, em seus intrínsecos dois componentes, que são a supervisão acadêmica e a supervisão de campo.

O processo de conjunto de supervisão (supervisão de campo e acadêmica) é também fundamental no momento da proposta de intervenção no estágio, e se inicia pela possibilidade de existência de momentos reservados à supervisão. Contudo, é sabido que a dinâmica de trabalho e a excessiva demanda institucional colocada aos supervisores de campo, por vezes não permitem que a supervisão componha a rotina da instituição de campo. Para além disso, os encontros em tríade - estagiários e supervisores de campo e acadêmicos - possibilitam a efetiva construção coletiva do projeto: “nesse percurso, é necessário que os supervisores de campo e acadêmicos, e estagiários planejem, executem e registrem o que fazem. Essa tríade, planejamento - execução - avaliação, precisa estar articulada entre si e fazer sentido no cotidiano do estágio” (LEWGOY, 2014, p. 62).

4 CONCLUSÕES

A centralidade que possui o Estágio Supervisionado para a formação em Serviço Social, dado o caráter interventivo da profissão, exige colocá-lo sempre

em análise, com vistas a qualificação desse espaço essencial para a constituição do estudante. Na UNILA, apesar do número de reduzido de docentes e das dificuldades que se colocam para o curso - que experimenta pela primeira vez os diferentes momentos de formação, visto ainda não ter formado sua primeira turma -, tem se buscado resguardar espaços para análise do processo de estágio. Dentre as complexidades desse momento na formação, que não encontra-se desarticulado dos demais, a etapa de propor o Projeto de Intervenção Profissional é única e desafiadora para os alunos, já que exige exercitar o aprendizado acadêmico com a realidade social cotidiana da instituição campo de estágio e da vida dos usuários e as contradições que permeiam essa realidade.

Um dos grandes desafios no processo de supervisão de estágio é desenvolver, junto aos acadêmicos, a capacidade de decifrar a realidade, construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Esse processo vai exigir a apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos para balizar a dimensão operativa (LEWGOY, 2009). O rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária permitem atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão. é a capacitação crítico-analítica que possibilita a definição de objetos de ação em suas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração de estratégias de intervenção comprometidas com o propósito ético-político do projeto profissional. (LEWGOY, 2014, p. 63).

Amadurecer a capacidade de planejamento de atividades a partir da perspectiva discente responde a necessidade de infundir o agir crítico dos educandos nos campos sócio ocupacionais onde desenvolvem o estágio, através de uma articulação concreta entre a academia e o meio profissional, sendo este um alicerce da maturidade profissional. A partir da experiência universitária os discentes adquirem maioridade investigativa – a aproximação com as instituições lhes possibilita associar a realidade com os conhecimentos teóricos, levantando interesse sobre determinados aspectos da atuação profissional. Costa e Pinheiro (2015) situam a importância de possuir um leque teórico que auxilie na leitura da totalidade do real, aprimorando também a capacidade interventiva, ao considerar que, quando da identificação de problemas e demandas que se apresentam para o Serviço Social, o discente cria um conjunto de ações como solução. Assim, o estágio o espaço

privilegiado no qual “(...) se faz necessário romper com o raciocínio, na profissão, de que em um espaço se elabora teoricamente e, em outro, se aplica/intervém” (MATTOS, 2009 p. 08).

Diante da análise realizada e da experiência vivenciada nas disciplinas de estágio, quando da construção do Projeto de Intervenção Profissional do estagiário, ressalta-se a importância desse momento por possibilitar uma síntese do aprendizado teórico com a realidade social vivenciada no campo de estágio e no cotidiano de vida da população atendida. É um, dentre os momentos de formação, que exige considerar as diferentes dimensões profissionais em articulação, e na sua relação com o real e o concreto, exigindo, portanto, a explicitação da direção profissional e afirmação de sua dimensão política, num tempo em que a ordem é de desmonte público tanto na educação superior, quando nas políticas sociais onde o assistente social trabalha majoritariamente.

Coloca-se como necessário retomar a relação entre a formação profissional de nossas universidades e a nossa produção acadêmica, com as necessidades sociais da classe trabalhadora e das famílias que vivem situações de vulnerabilidade social que são atendidas nos espaços sócio ocupacionais (NETTO, 2013), para construção de processos de estágio que qualifiquem os discentes tendo por base a realidade social onde se dá a produção e reprodução social. Nesse sentido, buscando que o estágio se caracteriza como resistência aos processos de precarização do ensino superior, e também como potencializar de formação de um profissional crítico, capaz de afirmar os princípios do projeto ético político profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ALMEIDA, Suênya Tathiane Souza de. A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 3, 2013. **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DO%20EST%C3%81GIO%20SUPERVISIONADO%20NA%20FORMA%20C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.189**: Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Brasília/DF, 2010.

BARROS, Jaqueline de M.; PRUDENCIO, Juliana D. L.; CARVALHO, Liandra L. . Precarização do Ensino Superior sob égide do capital e os rebatimentos no trabalho do assistente social. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 3, 2013. **Anais...** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20PRECARIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20ENSINO%20SUPERIOR%20SOB%20A%20EGIDE%20DO%20CAPITAL%20E%20OS%20REBATIMENTOS%20NO%20TRABALHO%20DOCENTE%20DO%20ASSISTENTE%20S.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2018.

BERTOLLO, Kathiúça. Planejamento em Serviço Social: Tensões e desafios no Exercício Profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan./jun. 2016 pág. 334-356

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, ano VII, n. 10, p.5-10, nov. 2007.

CFESS. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. CFESS Manifesta: 2º Encontro Nacional de Educação. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-2ENE-site.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília/DF: Cortez, 2009.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GROSSI, Patrícia K.; GASPAROTTO, Geovana P.; VIEIRA, Monique S. . Mercantilização da política de educação: O processo de transformação do direito em mercadoria. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11, 2014; MOSTRA DE TRABALHOS JURÍDICOS CIENTÍFICOS, 7, 2014. **Anais...** 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11746/1593>> Acesso em 05 jul. 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Supervisão de Estágio em Serviço Social e os instrumentos normativos: a direção ética, política, teórica e pedagógica. In: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sergio Antonio (Orgs.). **Supervisão de estágio em Serviço Social**: uma perspectiva de formação permanente. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

LINS, Pamela Iara de Lima; HAGEN, Terezinha de Fátima Ferreira. O Exercício Profissional e os rebatimentos da precarização do Ensino Superior em Serviço Social na contemporaneidade. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3, 2013. **Anais...** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20EXERC%C3%8DCIO%20PROFISSIONAL%20%20E%20OS%20REBATIMENTOS%20%20DA%20PRECARIZA%C3%87%C3%83O%20%20DO%20ENSINO%20SUPERIOR%20EM%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20NA%20CONTEMPO.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2018

MATTOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica**. Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília/DF: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. A Questão Social na América Latina. In: GARCIA, M. L. T. A. RAIZER, E.C. **Questão Social e as Políticas Sociais no contexto latino-americano**. Vitória/ES: EDUFES, 2013.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPSS; CEAB – UNB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo 01, 1999. p. 92 - 109.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; FLACH, Patricia Maia Von. **Caderno do projeto de intervenção**. Curso de Prevenção dos Problemas Relacionados ao uso de Drogas. Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 6. ed. Brasília, DF : SENAD-MJ/NUTE-UFSC, 2014.

TEIXEIRA. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília/DF: Cortez, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto de Paiva; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilsea Odeodata et al. **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 209-252.

UNILA. **O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNILA**. 2014. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/cursos/servico-social#field_hosp_alimen_hotsite-tab>. Acesso em: 29 maio 2018.

UNILA. **UNILA em Números**. 2016. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>> Acesso em 30/05/2018.

UNILA. **Resolução COSUEN n° 015 de 26 de novembro de 2015**. Revoga e substitui, ad referendum, a Resolução CONSUN nº003/2013, que instituiu e regulamentou os Estágios nos cursos de graduação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Disponível em: <[https://unila.edu.br/sites/default/files/files/RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20015%20Est%C3%A1gio%20\(1\).pdf](https://unila.edu.br/sites/default/files/files/RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20015%20Est%C3%A1gio%20(1).pdf)>. Acesso em: 30 maio 2018.